

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 113/114

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Pupprio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE AGOSTO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1607

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a

diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1617

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 071/2000 ao Projeto de Lei nº 470/99, por tratar-se do mesmo assunto (torna obrigatório a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas pelo computador nos postos de saúde da Rede Pública estadual e municipal em todo o Paraná).

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 176/2000 ao Projeto de Lei nº 129/2000, por tratar-se do mesmo assunto (altera a redação da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995).

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 1624

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no disposto no art. 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a anexação dos Projetos de Lei nºs 652/99 e 36/2000, tendo em vista tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1625

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no disposto no art. 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a anexação dos Projetos de Lei nºs 199/2000, tendo em vista tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1583

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o Plenário, o envio de mensagem de profundo pesar à senhora Raimunda Rosa Nascimento da Silva, pelo falecimento do senhor José Afonso da Silva de Nova Aurora, ocorrido em 25 de agosto do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja enviado o expediente à família, para a Prefeitura Municipal de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor José Afonso da Silva, deixou consternada toda a população de Nova Aurora. Há muitos anos no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade.

As pessoas que conviveram com o senhor José Afonso, são testemunhas da sua benevolência, e da sua integridade, grangeando com isso uma legião de amigos e admiradores.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Silva e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1603

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Julia Trevisan Fabricio, falecida no último dia 26 de agosto no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1604

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Braz Pinto da Silva, falecido no último dia 26 de agosto no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1605

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Olívia Jesus Segura, falecida no último dia 25 de agosto no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1606

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Olga Perobelli Cartapatti, falecida no último dia 25 de agosto no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1620

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário inativo deste Poder Legislativo, José Carlos Janjão, ocorrido nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 53 anos de idade, faleceu, nesta Capital o funcionário inativo, deste Poder, José Carlos Janjão que deixou viúva e dois filhos.

O passamento de José Carlos Janjão veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição de seu servo José Carlos Janjão.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre o Janjão, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do José Carlos Janjão para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo José Carlos sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Janjão, endereçando a ela voto

de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1614

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: votos de congratulações e aplausos a 5ª R.M., alusivos ao Dia do Soldado, comemorado no último de 25 de agosto.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao senhor comandante da 5ª R.M., general Renato Cesar Tibau da Costa, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 31 de março s/nº, Pinheirinho - Curitiba - Paraná, CEP: 81150-280.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1619

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos pela passagem do Dia do Alfaiate.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor Silvestre Cargnin, presidente do Sindicato dos Alfaiates do Estado do Paraná, para que receba e transmita a todos os profissionais as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 06 de setembro, comemoraremos mais uma passagem do Dia do Alfaiate, data em que em tempos não muito remotos marcava um dia bastante feliz para todos aqueles que labutavam diariamente no ofício da alfaiataria, que infelizmente hoje, encontra-se quase em extinção, porém, existem aqueles que com persistência e galhardia resistem com seu lugar marcado na sociedade para atender sem desânimo e com bastante eficiência aos seus antigos fregueses. Nem poderia ser de outra forma.

A riqueza não está, apenas, no acúmulo de bens, mas sobretudo no trabalho. Não fora este e as riquezas que são o seu fruto não poderiam existir.

Razão tem pois, o alfaiate de se regozijar na sua data. Na consciência de sua força, cada vez mais dispersa, porém lutando para esperar por melhores dias.

Saudamos, pois, calorosamente o alfaiate pela passagem do seu dia, solicitando para que aceite os mais fervorosos votos por sua felicidade pessoal, para o bem de suas famílias e glória de seus amigos. São os desejos que faz a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado.

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a ser enviada a esta Casa Administrativa, a criação da Comarca de Santa Fé.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1608

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Jucélia Xavier Beira Silvério, residente à Rua Tomazina nº 136, Jardim Curitiba, Planta São Gabriel, que pede providências quanto ao esgoto que corre a céu aberto nas valetas da rua em que reside. A maioria dos moradores utiliza o sistema de fossas nos terrenos, outros escoam os detritos para a rua, formando-se um mau odor insuportável. A proliferação de animais nocivos à saúde das pessoas e o risco de doenças é enorme, motivo pelo qual a senhora Jucélia pede urgência na fiscalização. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 621-2412.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1609

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nas Ruas Voluntários da Pátria e Emiliano Pernetá, Centro, tendo em vista que os alunos que estudam no Instituto de Educação do Paraná, à noite, tem sido assaltados com frequência. O local encontra-se muito perigoso e sem segurança, principalmente para os estudantes.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Antonio Leonel Poloni, secretário da agricultura, solicitando as seguintes informações:

- Quais foram as medidas tomadas para amenizar os problemas causados pelo longo período de estiagem e pelas geadas que atingiram as lavouras de nosso Estado e como o interessado pode acessá-las?

- Quais os recursos próprios efetivamente colocados à disposição dos agricultores?

- Existe um programa e/ou um rol de medidas que possam enfeixar estas ações?

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Por entender que estes problemas assolaram a atividade rural de nosso estado e que necessitam de medidas urgentes, é que espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores Parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao senhor secretário da Administração solicitando explicações acerca do que segue:

1 - O Estado do Paraná prevê a implantação de plano de saúde médico, hospitalar, para os servidores públicos? Em que modalidade? Qual a natureza do Plano de Saúde?

2 - No Plano em referência serão atendidos os servidores dos Três Poderes, ou cada poder constituirá o seu próprio?

3 - O Plano Estadual de Saúde substituirá o Ipe? E qual o destino a se ser dado aos imóveis, equipamentos, pessoal do Ipe?

4 - Como será o Plano de Saúde? Será por adesão? Neste sentido quanto o Estado financiará e qual o financiamento a ser suportado pelo servidor? Indicar em valores globais e individuais.

5 - Qual o nível de abrangência do Plano de Saúde? Quais os componentes: a escolha de médicos, consultas a especialidades, internação hospitalar, próteses, doenças graves como Aids, Câncer, cirurgia do coração, transplantes, remédios e outros como psicológicos, fisioterapeutas, enfermeiros.

6 - O Plano de Saúde abrangerá também a saúde bucal, o tratamento odontológico?

7 - Como será o sistema de gestão? Os servidores participarão da gestão? De que forma?

8 - Como será o atendimento aos pensionistas, aos dependentes, aos detentores de emprego público, agentes políticos e públicos?

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, Excelentíssimo senhor José Tavares,

solicitando as seguintes informações ao BPTRAN, batalhão de Polícia de Trânsito, aos quesitos abaixo:

1 - Qual o número de pessoas que morreram no trânsito do município de Curitiba no período de janeiro a julho do corrente ano?

2 - Qual o número de mortos no local do acidente e posteriormente?

3 - Qual o número de pessoas que morreram no mesmo período do ano de 1999?

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) RICARDO CHAB

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - As emendas propostas pelos deputados e aprovadas ao orçamento programa do Estado, não atendidas no exercício a que se destinam, ficam automaticamente revalidadas para o exercício subsequente ou até se efetivar o objeto da inclusão, independentemente de sua reapresentação.

Parágrafo Único - o disposto neste artigo se aplica somente à legislatura em que as emendas são apresentadas, não se operando a renovação para as legislaturas subsequentes.

Art. 2º - As emendas revalidadas serão reenumeradas e republicadas juntamente com as emendas apresentadas à Lei Orçamentária de cada exercício compreendido dentro da mesma legislatura.

Art. 3º - Esta Resolução entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição tem por objetivo evitar a reapresentação de emendas anualmente, ao Orçamento Programa do Estado sem que as mesmas tenham sido cumpridas.

A revalidação de emendas não efetivadas no Orçamento deixará aos parlamentares mais tempo para dedicar a novos projetos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 281/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 8207/85 que passa a vigorar com a seguinte redação.

“Parágrafo Único - O imóvel objeto de doação destina-se à construção do edifício da Câmara Municipal”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município de São Jorge do Patrocínio construiu em outra área mais ampla, o Paço Municipal, cuja construção atende satisfatoriamente às necessidades da administração do Poder Executivo.

Por outro lado o Poder Legislativo Municipal necessita de uma nova sede, a qual será edificada no imóvel objeto da doação da Lei nº 8207/85, com as alterações prevista nesta lei.

PROJETO DE LEI Nº 282/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas terão que manter, em local visível e próximo às bebidas quando expostas, cartazes com dizeres:

“Bebida Alcoólica é Prejudicial à Saúde; à Família e à Sociedade”.

Parágrafo Único - Os cartazes deverão ser confeccionados em qualquer material gráfico, utilizando-se letras maiúsculas, todas da mesma cor, com tamanho mínimo de 2 cm x 1,5 cm (dois centímetros por um centímetro e meio) para cada letra, destacando-as para fácil leitura.

Art. 2º - Os infratores estarão sujeitos à multa diária de 5 (cinco) Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Paraná -UPF, devida até o cumprimento do disposto no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, droga é toda substância que, introduzida em organismo vivo, pode modificar uma ou mais de suas funções. Dentro dessa avaliação, entretanto, podemos destacar que existem as ilícitas, aquelas cuja comercialização é proibida por provocar altíssimo risco de causar dependência física e/ou psicológica, como é o caso da cocaína, maconha, crack e outras.

Existe também as lícitas, legalmente produzidas e comercializadas, como o álcool, tabaco, medicamentos, inalantes e solventes.

Efeitos físicos, provocados pelo álcool, são devastadores: cirrose hepática, neurose, gastrite e perda de consciência (coma alcoólico), entre outros. Nos casos mais avançados, a dependência provoca *delirium tremens* e alucinações, chegando, muitas vezes, ao suicídio.

Um dos grandes perigos do álcool, além dos efeitos físicos e psicológicos, é o fato de ser uma droga lícita, até mesmo estimulada por campanhas publicitárias milionárias, em que se destacam o poder, a virilidade, a beleza, o bom gosto e a inteligência como fatores associados a quem bebe esta ou aquela marca de whisky, a cerveja A ou B ou o vinho de tal região.

Outro dado a que devemos estar atentos é que os jovens começam cada vez mais cedo a se envolver com a bebida sem se dar conta dos riscos a que são submetidos. Alguns estudos apontam que muitos adolescentes entre 12 e 14 anos já são dependentes do álcool, assim como, o número de mulheres alcoólatras, cada vez mais, está se aproximando ao de homens.

O ingresso de novos grupos consumidores, adolescentes, mulheres e idosos, faz com que se urgencie a implantação de novas estratégias para solução deste sério problema de saúde pública.

Urge que se comece a atacar este problema por todos os lados possíveis, porém, de forma integrada e articulada, nos vários níveis de atuação dos setores de Saúde, Educação, Administração, Justiça, Esporte e Lazer.

Educar a população quanto aos riscos de se consumir bebida alcoólica, possibilitará a diminuição dos prejuízos causados à economia do Estado e das empresas como: acidentes de trabalho, queda de produtividade, absenteísmo freqüente, desperdício de material, aposentadorias precoces e outros tipos de acidentes.

Esta estratégia de prevenção sistemática e de cunho informativo e educativo colocará em pauta, para discussão da sociedade, os limites entre o politicamente correto e economicamente interessante.

Esta medida aqui apresentada é simples de ser implementada e com certeza será o início para a conscientização de nosso povo dos prejuízos que a bebida alcoólica traz à saúde, à família e à sociedade como um todo.

PROJETO DE LEI Nº 283/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Comunhão Cristã Espírita de Curitiba, o lote 0-10 com a área de 6.100,00m², sito no lugar denominado Santo Antonio do Tarumã, objeto de parte da transcrição

12.326, do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Capital.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação, de que trata o artigo anterior, só poderá ser usado pela donatária e na prática de suas finalidades estatutárias, não podendo em qualquer tempo, ser transferido para terceiros ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão do mesmo ao Patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação, conseqüentemente, gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a doar à Comunhão Espírita Cristã de Curitiba, com a doação do imóvel, ampliar o seu atendimento à população carente da Região Metropolitana de Curitiba, com um programa comunitário-agrícola, como fonte alternativa que irá suprir os outros departamentos da instituição.

Isto posto, esperamos contar com os apoios dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 284/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Naturais, Estudantes e Amigos de Angola em Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Naturais, Estudantes e Amigos de Angola em Curitiba, foi criada com o objetivo de promover medidas de apoio de todas as formas aos membros da associação junto ao Poder Público, Municipal, Estadual e Federal, promovendo a aproximação entre o empresário Angolano e Brasileiro e, também, atividades de caráter cultural, social, esportivo e recreativo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados, a pedido do presidente desta Casa, queremos rememorar aos nobres colegas parlamentares que hoje é o dia pelo qual a saúde brasileira deve ser respeitada. É o dia em que todos combatemos um dos maiores vícios não só do Brasil, mas da humanidade, que é o fumo e não queremos nominar os prezados parlamentares, colegas e amigos nossos que fazem deste vício, um exemplo à nossa juventude que não deve seguí-lo.

Por isso em nome da Presidência, reiteramos a condição pela qual a direção nacional deste Dia de Combate ao Fumo, organiza em todas as cidades brasileiras, inclusive na nossa, a condição de fazermos o combate contra um dos maiores estragos que faz à saúde dos nossos jovens, famílias e entes queridos, que é o fumo.

Por isso esta Casa, através da Mesa Executiva, se associa, conjuntamente com o movimento que vai ter mais tarde na Boca Maldita em nome do Dia de Combate ao Fumo e nós lá estaremos, representando, junto com os deputados Algaci Tulio, Ricardo Chab, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus e outros que têm o seu domicílio em Curitiba e Região Metropolitana lá estarão, somando-se aos companheiros do interior como o deputado Baratter, Edno Guimarães, Augustinho Zucchi, dando o exemplo de que o fumo realmente prejudica a nossa saúde e quero nesta oportunidade cumprimentar o deputado Annibelli que é o autor da lei que proíbe em recintos fechados e públicos como este, aonde a liberdade, não dá escolha e muito mesmo da convivência com aquele que fuma, deve ser proibida. Cumprimento nesta oportunidade, o deputado Annibelli a sua lei e acredito que a Mesa Executiva vai fazer com que nós que fazemos as leis, aqui elas sejam respeitadas.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhores presentes.

Na sexta-feira passada, estive junto com o presidente das Apae's do Paraná e também com o presidente Flávio Arns, em Ibiporã, na abertura da Semana Apaiana. Mas não fosse aquele momento realmente de reconhecimento àquelas pessoas de necessidades especiais, Ibiporã tem-se destacado há muitos anos por uma postura de preocupação, de consciência e porque não dizer de dedicação à questão dos portadores de necessidades especiais. E aí, por dever de justiça e resgate da história de uma pessoa, temos que registrar aqui o grande trabalho desenvolvido pelo doutor Justino Alves Pereira - Cidadão Emérito do Paraná e, também, ex-parlamentar desta Casa. Foi aqui na militância desta Casa que reconheceu, nos primeiros momentos, o valor da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, mais tarde indo para o gov-

erno federal, especialmente na Câmara federal e como secretário geral do Ministério da Educação. Desenvolveu-se um trabalho no sentido de estruturar as reivindicações da Apae.

E nós que nem sempre estamos no dia a dia em contato com essas necessidades e com a evolução desses irmãos nossos que têm necessidades especiais, que são portadores de algumas necessidades, eles têm uma grandeza enorme que é a da solidariedade e do amor. A abertura da Semana do Excepcional ou do Portador de Necessidades Especiais em Ibiporã - comemorando a abertura em todo o Estado do Paraná -, foi antecipada, foi precedida por um balé de crianças portadoras de necessidades especiais, não só neuro, como físico e algumas tetraplégicas que participaram do balé da forma mais bela, uma das execuções mais bonitas que já vi. Porque vi, ali, seres humanos superando no seu desejo, na sua vontade, na sua determinação a barreira que a vida lhe impôs e superando como uma lição para nós, outros, que não temos essas necessidades de grandeza enorme. E não posso deixar, senhor presidente, de registrar naquele momento em que vivi, também o meu orgulho. Porque Ibiporã tem na questão cultural uma das suas expressões mais fortes na administração. A administração municipal entende desde antes, deste que vos ser prefeito, a preocupação com a educação, a preocupação com a promoção humana e entendemos que um dos maiores momentos e uma das maiores oportunidades que tem o Estado e o Poder Público de executar a promoção humana é através da cultura, é através do processo educacional. E Ibiporã vem fazendo isso há tempo e naquele espaço, tive o privilégio enquanto prefeito, de constituir a escola de balé e hoje ver, não aqueles filhos nossos de capacidade física plena e intelectual, mas sim aqueles portadores de rebaixamento, aqueles portadores de deficiências físicas e de comprometimento, inclusive, severo, participar de um ato tão belo e que trouxe o engrandecimento da nossa comunidade, especialmente da preocupação com relação aos portadores de necessidades especiais.

Quero com isso, senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada registrar aqui o trabalho que há anos vem fazendo a Apae de Ibiporã e com certeza as suas congêneres com este Estado e por este país. Fica aqui o nosso registro desse belo trabalho feito em grande parte por voluntários, por pessoas que têm no próximo o amor cristão, o amor maior que deve ser dedicado a cada criatura.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Caíto Quintana, no Grande Expediente.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares, ocupo o Grande Expediente até para que nós possamos discutir a questão de um projeto que tramita nesta Casa, porque

vem de encontro com o anseio eu tenho certeza de muitos parlamentares.

Quando fui procurar embasar um projeto de lei que pudesse estabelecer normas ou garantir vagas para estudantes de escolas públicas, nas faculdades públicas do Paraná, nos informou o controle desta Casa de que tramita pela Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei nº 652 de autoria do nobre deputado Orlando Pessuti, que estabelece reserva de vagas nas instituições de ensino superior para alunos ingressos na rede pública de ensino.

Em razão do projeto deputado Orlando Pessuti suprimindo exatamente esse pensamento que tenho certeza grande maioria dos parlamentares têm, e por ele já estar adiantado na sua tramitação nesta Casa, é que nós passamos a defendê-lo e eu espero que esta Casa o faça na totalidade dos seus membros, para podermos corrigir algumas desigualdades de ordem econômica até que existe na possibilidade de que os alunos do Estado do Paraná possam competir em plano de igualdade na busca de vagas nas faculdades.

Veja bem, senhor presidente, senhores parlamentares, a concorrência pública, o vestibular, o concurso público, qualquer teste seletivo presume oportunidades iguais, direitos iguais para todos os concorrentes. As pessoas reservando as suas capacidades pessoais precisam ter as mesmas oportunidades para poderem competir em plano de igualdade com os seus semelhantes.

Pois bem, o que nós enxergamos hoje no dia-a-dia do concurso público. Os filhos de famílias mais abastadas já começam a fazer desde a escola primária em colégios com melhor nível de ensino com remuneração melhor de professores, com maior qualidade de equipamentos didáticos para poder aprender as matérias que lhes são transmitidas. Vem o 1º grau, vem o 2º grau, e o aluno mais abastado, mais rico, com mais possibilidade continua a estudar em escolas melhores, mais bem preparadas com maior possibilidade de transmitir conhecimentos, e o aluno mais pobre continua ainda tendo que trabalhar muitas e muitas vezes durante o dia inteiro para freqüentar uma escola à noite e a partir daí enfrenta essa barbaridade desse monstro que é o processo seletivo de vestibular para poder ingressar numa faculdade. Via de regra, o que acontece devido a esse fato? Quando o filho do pobre passa, passa numa escola particular. Aí ele acaba passando no vestibular e não consegue fazer a faculdade, porque não pode fazer frente ao pagamento da mensalidade. Roda, perde a vaga sistematicamente na escola pública, porque ele vai competir com um aluno que fez 3º grau, fez cursinho, fez curso preparatório pago a preço de ouro para ter melhor possibilidade e acaba tirando a vaga do filho do trabalhador menos favorecido que não tem as mesmas condições. E é aí que eu acho, deputado Pessuti, que pode ser a base constitucional do projeto, não se oferece ao filho do mais sofrido economicamente as condições de igualdade para disputar a vaga com aquele que tem melhores colégios, nas escolas públicas que são pagas, na grande maioria, com

impostos gerado pelo mais pequeno. Quer dizer, é uma contradição.

O Sr. Divanir Braz Palma

Acompanhei o raciocínio de Vossa Excelência, nós também pensamos da mesma forma. Em recente levantamento que fizemos, chegamos a essa conclusão, Vossa Excelência com muita propriedade. Hoje o pobre paga para o rico estudar. A exemplo do Paraná, hoje o governo aplica nas universidades públicas e nas faculdades públicas do Paraná o recebível de um, doze avos do ano de receita do Estado, ou seja, quase que em torno de 300 milhões de reais. Dinheiro esse advindo do ICMS, porque, claro, o governo não emite moeda, não faz papel moeda como o governo federal. Então, veja Vossa Excelência só o caso de Maringá: a universidade de Maringá recebe 7 milhões/mês, ela a cada seis meses abre chamada para vestibular, comparecem 12 mil, em média 12 mil inscritos, para mil e duzentas vagas, ou seja, ela supre 10% somente. E esses que entram o perfil sócio-econômico é esse que Vossa Excelência falou: filhos de pessoas de classe média alta que podem estudar pela manhã, à tarde, participando de colégios particulares, pagando cursinhos caros. Então, nós estamos vendo que hoje é um Hobby Hood, o pobre pagando para o rico estudar. É preciso mudar esse estado de coisas!

O SR. CAÍTO QUINTANA

Perfeito, deputado Divanir, porque veja bem o único dado da disparidade da disputa, normalmente, deputado Divanir, existe uma matéria de língua estrangeira que faz parte de matéria de vestibular.

Ora, quando um aluno que tem dinheiro consegue fazer um curso que ele acaba dominando a língua estrangeira ele acaba falando a língua estrangeira porque tem recurso para poder fazer um curso específico de uma língua. Imaginem a diferença de nota que vai ter entre ele no processo seletivo com o filho do menos abastado que tem que estudar à noite depois de sair de um dia cansativo de colégio.

Então, acho que temos que oferecer realmente ao aluno menos favorecido economicamente uma reserva na escola particular? Não, na escola pública. Ele vem da escola pública, ele termina na escola pública. E, aliás, sem emendar os assuntos eu gostaria de colocar claro, senhor presidente, que além desse projeto, em razão de já existir um dessa natureza, nós estamos a apresentar na Assembléia um projeto em que o Estado, o Estado institua um curso preparatório de vestibular público, um cursinho público, e daria um exemplo: o Colégio Estadual do Paraná é um colégio bem situado, com salas, com equipamentos, recentemente reformado, com boas condições, apenas como exemplo, não digo que seja nele, mas um exemplo, tem ociosidade noturna. Por que não o estado ter um curso preparatório de vestibular público para que os alunos possam preparar-se da mesma forma daqueles que têm dinheiro para enfrentarem o vestibular?

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Caíto, estava secretariando a Mesa e estava ouvindo o seu pronunciamento, e gostaria de dizer a Vossa Excelência que no 1º ano que assumi o mandato na Assembléia Legislativa fiz um projeto de lei estabelecendo a obrigatoriedade do Estado do Paraná manter cursinho gratuito para estudantes carentes e serem definidos, os critérios, pela própria Secretaria de Educação. Inclusive, está tramitando este projeto na nossa Casa e recebeu, quando na 1ª tramitação, recebeu parecer contrário, inclusive, da Secretaria de Educação. mas, acho que Vossa Excelência está, nesta tarde, neste raciocínio desenvolvido por Vossa Excelência no seu pronunciamento trazendo uma questão que eu acho que acima de tudo é uma questão de igualdade e de justiça social. Não há outra forma. Nós, todos os parlamentares que representam o interior do Paraná, se deparam com este problema: há uma inversão de prioridade na educação, hoje, que é visível. Ou seja, quem tem recurso financeiro, quem tem boa condição de vida financeira tem a possibilidade de fazer um cursinho e acaba adentrando na escola pública, estudando numa universidade pública. E ao contrário, quem não tem a condição financeira, não tem possibilidade de fazer um bom cursinho e portanto acaba indo para uma faculdade particular e aí vem o famoso pedido de bolsa de estudos para nós, aqui, na Assembléia Legislativa.

Então, eu gostaria de contribuir com Vossa Excelência. Ainda há poucos dias pedi que retornasse este projeto, porque na Universidade de Londrina há uma experiência. Fui à Londrina, falei com o reitor, solicitei dele um parecer. Então, acho que é o momento de nós, realmente, pensarmos numa alternativa. Eu vou trazer de volta este projeto à discussão. Não ouvi, desculpe, não sei se o senhor está apresentando ou apenas colocando esta situação. Acho que o meu projeto é baseado na experiência da Universidade Estadual de Londrina. E acho que poderíamos achar uma alternativa para nossa juventude, na sua grande maioria, que não tem condições de pagar um cursinho.

Muito obrigado pelo aparte, e parabênz Vossa Excelência pelo raciocínio sobre esta questão.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Olha, deputado Zucchi, tenho sim um projeto neste sentido e não sabia que Vossa Excelência tem. E da mesma forma como este, em que passei a constatar que o deputado Pessuti tem, receba Vossa Excelência a solidariedade para andarmos com o projeto que já está com tramitação mais adiantada. O que importa, deputado Zucchi, acho que para nós, parlamentares, é legislar em cima de fatos que possam trazer benefícios para a população. É o resultado do fato. Agora, que não se pode, sob hipótese alguma, continuar com esta desigualdade, não se pode! Porque estamos elitizando a possibilidade de 3º grau. E o Estado do Paraná, diga-se de passagem, é um dos Estados

que mais investem em escola pública e não longe da verdade, muitos e muitos e muitos alunos de outros Estados da Federação, que moram em apartamentos bons, em nossas cidades, vêm estudar em escolas públicas do Estado do Paraná, exatamente porque o nosso estudante de escola secundária não tem condições de disputar em plano de igualdade um processo seletivo.

Este pronunciamento, no dia de hoje, é exatamente para que nós, neste final de ano, possamos fazer transitar estes projetos. Vossa Excelência disse ter Parecer Desfavorável da Secretaria de Educação. Ora! A Secretaria de Educação pode achar que não. No entanto, isto é um problema da Secretaria de Educação e não um problema nosso. Não estamos criando nada de novo ou que não possa ser criado. O seu projeto que Vossa Excelência coloca, deputado Augustinho Zucchi, tem muito menos possibilidade de ter qualquer risco de inconstitucionalidade do que este que estamos tratando no dia de hoje. Porque que o Estado tem obrigação de oferecer ensino, tem! E se ele tem obrigação de oferecer ensino, ele pode oferecer, sim senhor, um ensino preparatório para que o aluno possa disputar o vestibular em plano de igualdade.

Concedo aparte ao deputado José Maria e na sequência, ao deputado Pessuti.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência traz uma discussão nesta tarde, um assunto que não deve ser absorvido e conclusivo hoje, mas que ele deve continuar a merecer desse Plenário a discussão, o interesse e a busca de alternativas para esta questão que é aguda.

Quando chegamos aqui como deputado em 1995, aqui recorda-se bem o deputado Alborghetti que também é de Londrina há uma aspiração especialmente por ser a maior Universidade Pública do Estado do Paraná a questão dos alunos que vêm dos outros Estados.

Questionado por parcelas da minha comunidade e especialmente os acadêmicos, fomos buscar uma lei, um projeto que pudesse assegurar parcela das vagas aos alunos oriundos do Estado do Paraná. Por quê? Porque entendia aqueles que assim colocavam, que os recursos para manter a Universidade de Londrina e as demais Universidades Estaduais eram oriundos, produzidos pela gente paranaense. Estávamos assistindo alunos de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todos estudando.

Foi até o reitor na época e ele disse: - deputado José Maria é uma heresia jurídica um projeto dessa natureza. Deu exemplo, se fosse o caso contrário, grande parte dos nossos professores. Porque a Universidade de Londrina tem o maior número de doutores e mestres, é realmente uma universidade que desponta entre as que estão aí, nós temos fechadas as nossas portas, na USP, na UNESP. Mas, não me contentei.

Até porque vejo que se não fizermos isso vamos provocar uma outra classe, a categoria de excluídos do

processo do conhecimento. O que é mais danoso, do que excluído do processo econômico e social.

Por isso que entendo que o projeto deve receber dessa Casa toda a atenção dos senhores parlamentares, da estrutura da Casa, para no sentido de apoiar e encontrarmos a legalidade, para que asseguremos aos alunos das escolas públicas o acesso a universidade que também é pública, que na grande maioria das vezes faz a inversão.

Os alunos, os pais de maior poder aquisitivo acabam fazendo desde o pré na escola particular, faz o 2º grau, na hora de entrar na universidade vai cursar o 3º grau na escola pública.

Estamos observando crescer cada vez mais as faculdades e universidades particulares. Com o quê? Com o suor, o sacrifício e inclusive não só do acadêmico mas de toda a sua família, para poder manter o aluno lá.

É de bom momento essa discussão esperamos que ela tenha eco na Casa e que tenhamos aí a possibilidade de mostrar um exemplo diferente ao Brasil, que é possível assegurar essas vagas, assim como está fazendo a UNB (?) há mais de dois anos, daqueles 30% que é vinculado com currículo escolar.

Há aqui um bom espaço para que discutamos essa questão.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Até porque não está excluído a possibilidade da participação na totalidade das vagas daqueles que tiveram melhores cursos, apenas reserva-se parte dela a escola pública.

O voto também não é universal. Não está se estudando o voto distrital misto, aonde você reserva parte das cadeiras para regionalizar as representações. É a mesma coisa!

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Caíto Quintana, a exemplo dos demais companheiros, quero fazer coro com Vossa Excelência, embora este projeto deva causar tamanha polêmica e sabemos disso.

Mas, alguma coisa nesse sentido, aqui do Paraná, possa surgir alguma idéia já com essa discussão provocada por Vossa Excelência e outros companheiros, para resolvermos essa questão a nível nacional.

Por exemplo, falando especificamente da Universidade Estadual de Londrina, onde tive o privilégio de, por dez anos fazer parte do Conselho de Administração da Escola e estar devidamente inteirado da situação da UEL.

Só para que Vossa Excelência tenha uma idéia: a Universidade Estadual de Londrina que é tida como a terceira do Sul do País, chamou a atenção da maioria absoluta dos estudantes aqui da Região Sul. A Universidade Estadual de Londrina está em terceiro lugar na preferência dos paulistas. Primeiro, a USP, e segundo a Unicamp e em terceiro a UEL.

O que está acontecendo lá? Temos um Vestibular de Inverno, que é uma inovação, que tem trazido receita para a escola, ajuda a cidade, só que temos uma média de 30 mil estudantes que comparecem para fazer o vestibular, são três mil vagas, vinte e sete mil e vale dizer que não são só os paranaenses, mas do País inteiro, voltam para casa cabisbaixos à espera de entrar numa vaga. Essa idéia, cantada em verso e prosa, como da universidade gratuita, que é um avanço que o Estado do Paraná conseguiu, gera polêmica no sentido do que Vossa Excelência está discutindo, porque o que vemos lá?

Sei disso porque recebo inúmeras cartas de pais, mães e de vestibulandos que estão tentando uma, duas, três, quatro, cinco vezes entrar numa universidade e não conseguem. Por quê? Porque o ensino é gratuito, chama a atenção de todos e aqueles alunos que vêm da rede particular de ensino - conforme bem colocou o deputado José Maria - começam a vida desde o pré em escola particular e são melhores preparados e quando chega a época do vestibular, fazem cursos de redação, de química, matemática, física, e depois ainda os pais podem proporcionar - e é uma minoria no País - até o chamado "QE", que é o quociente emocional, para se prestar o vestibular, que é uma desigualdade nesse País.

O que acontece? A maioria absoluta das vagas são dedicadas aos alunos que vêm da rede particular de ensino e está na casa de 65% das vagas e aí o filho daquele que teve que trabalhar o dia todo, que o pai não pôde manter o cursinho e etc e tal, acabam perecendo.

A par disso, o que está acontecendo? Os alunos que são preparados em escolas particulares, principalmente nas cidades de São Paulo, são os grandes beneficiários das vagas da Universidade Estadual de Londrina. O Paraná proporciona para pagar a maioria absoluta dos alunos de São Paulo que estão estudando na UEL.

Quero dizer que a Constituição prevê o direito de ir e vir e os alunos daqui também vão para lá para estudar, mas em minoria. Por quê não temos um critério, como na América? Os Estados Unidos fazem assim: o aluno de um Estado, por ser de outro Estado, paga mais, mas aqui é de graça. Temos que regulamentar, desta forma como Vossa Excelência está colocando - e acho que pode até não vingar, mas traz debates no sentido de tentarmos fazer justiça com os alunos, pais e mães de escolas nossas do Paraná que não vêem os seus filhos porque eles não foram preparados em escolas particulares, e quem sabe, perdem a vaga.

A prova do vestibular da UEL era elaborada em São Paulo, onde os professores de cursinhos de lá é que faziam as provas, conseqüentemente os alunos levavam vantagem na hora do vestibular. Fizemos campanha ampla e conseguimos, depois de décadas que a universidade estava usando isso, convencer e fazer com que as provas sejam elaboradas num campo neutro, em Curitiba, mas no Paraná, onde os

estudantes do Paraná podem gozar dessa universidade gratuita, que é o caso da UEL.

Quero incorporar isso, até porque conheço o trabalho feito lá especificamente na minha cidade e dizer que pelo menos vamos trazer uma discussão de justiça e justiça social.

Parabéns.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Gostaria, senhor presidente, que Vossa Excelência me concedesse alguns minutos para conceder aparte ao deputado Pessuti.

(Assentimento)

O Sr. Orlando Pessuti

Quero cumprimentar Vossa Excelência por estar trazendo à discussão este assunto, que é a reserva de vagas nas instituições de ensino superior públicas do Paraná, alunos egressos da rede do Paraná a alunos oriundos da rede pública de ensino. Agradecer aos apertes também que fizeram os deputados Divanir, o deputado Augustinho Zucchi e dizer a Vossa Excelência que nós temos este convencimento da necessidade que se crie esse tipo de mecanismo, não é apenas de agora do nosso exercício Parlamentar. Esse convencimento e esse apoio a esse mecanismo de reserva de vagas aos alunos oriundos de escola pública, ele vem desde o tempo em que prestei vestibular na Universidade Federal do Paraná em 1974. naquela ocasião participei de um programa de reserva de vagas destinadas a filhos de produtores rurais já que eu ia e prestei o Vestibular de Medicina Veterinária participei, no grupo, que disputava as vagas destinadas aos filhos de produtores rurais. Competi com gente que tinha o meu jeito e a minha história de formação no ensino médio dentro do Paraná ou em outro estado da Federação. Por isso que temos essa convicção e apresentamos esse projeto.

É lógico que nós sabemos, deputado Caíto, que muito mais importante até do que nós estabelecermos mecanismos de reserva de vaga nas escolas públicas de 3º grau para os alunos oriundos de escolas públicas de 1º e 2º graus, que nós tínhamos que fazer muito mais do que estamos tentando fazer no sentido de aprimorarmos, melhorarmos e melhor dotarmos o ensino público do nosso Estado, para que ele pudesse de alguma forma oferecer um ensino de melhor qualidade, uma melhor formação aos nossos alunos oriundos das escolas fundamentais de 1º e 2º graus. isso é fundamental. E é por isso que pessoalmente e enquanto Bancada, também estamos votando em favor do PCCS. Porque entendemos que o PCCS será instrumento não só de valorização salarial do servidor público, mas, também, dar a ele uma condição de aprendizado e de capacitação maior que poderá essa capacitação redundar numa formação melhor do aluno da escola pública. Por isso que nós, pessoalmente, não concordamos, por exemplo, com o Paranáeducação porque enten-

demos que o Paraná educação não dá essa segurança ao professor e aos trabalhadores da rede pública de ensino.

Queremos nos colocar à inteira disposição de Vossa Excelência, o Projeto está na C.C.J., o Relator é o deputado Antônio Carlos Belinati. Também em relação a este Projeto, o Governo do Estado através da Secretaria de Ciências e Tecnologia se manifesta de forma contrária e busca, evidentemente, o aspecto da constitucionalidade. Tenho defendido por esta Casa e por este Brasil afora, como presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, que a melhor fórmula de se participar a justiça e eu entendo que a Constituição busca a prática da justiça, é nós tratarmos de forma diferente os desiguais. Porque se tratarmos igualmente os desiguais estaremos praticando a injustiça.

Por isso cumprimento Vossa Excelência pelo trabalho que vem fazendo nessa área, nessa linha de ação e nós vamos continuar lutando sim. Porque esta Assembléia procura através da idéia de Vossa Excelência e do Deputado Augustinho Zucchi, criar mecanismos, por exemplo, de se oferecer um cursinho gratuito. A gente sabe que o Colégio Estadual do Paraná já desenvolve alguma experiência nesse sentido, mas ainda muito tímido para a necessidade que temos.

Também nos lembramos, aqui, neste momento e registramos um projeto que foi por nós aprovado e me parece sancionado pelo Governo, do então deputado Joel Coimbra que regulamentava, que disciplinava a questão das transferências para preenchimento das vagas existentes em diversos períodos de cursos existentes nas universidades estaduais. Porque era comum fazer-se o vestibular e iniciar-se com 50 alunos e ao final colar grau apenas 10 alunos. Então o deputado Joel Coimbra estabeleceu algumas normas nesse sentido. E agora Vossa Excelência vem reforçar essa nossa tese e tenho certeza, deputado Caíto, que vamos avançar em cima disso. Porque outros Estados - Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro estão discutindo este tema ou já discutiram. E ele é, realmente, palpitante e na minha opinião fundamental para que possamos praticar a justiça plena que é o dever de todos que defendemos a cidadania e a democracia.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para concluir, senhor presidente, gostaria deputado Orlando Pessuti, que Vossa Excelência como autor, e o deputado Belinati como relator na CCJ recebessem e que a própria imprensa também registrasse esse fato, dizendo que a Assembléia está aberta para receber manifestações de apoio à tramitação desse projeto. O professor Vilela fará a entrega aos senhores deputados Pessuti e Belinati, neste momento, de um abaixo-assinado com 10 mil assinaturas, de pais, estudantes, trabalhadores, infelizmente, teremos que fazê-lo por aqui, o senhor Airton Vilela é o entusiasta do assunto de Guaratuba, está entregando ao deputado Pessuti e ao relator da

matéria, um abaixo-assinado com 10 mil assinaturas, e espero que sejam as primeiras 10 mil, que a própria imprensa nos dê cobertura, falando sobre a matéria e que haja outras iniciativas na busca de assinaturas, de cartas, de telegramas favoráveis à tramitação dos projetos para que a gente consiga alcançar finalmente, vencer as barreiras e oferecer ao filho do pobre as mesmas condições que têm o filho do rico de terminar uma faculdade.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PL, PST.

Com a palavra, o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares, senhores e senhoras, imprensa. Ocupamos a tribuna hoje para falar em nome do PST, Partido Social Trabalhista e ao mesmo tempo detalharmos aqui senhor presidente a grande conquista oriunda de um projeto de lei de nossa autoria, nº 133/2000, que situa o programa de recuperação fiscal do Paraná Refis/Paraná. Este projeto de lei foi dado entrada nesta Casa, passou pelas comissões, vem para Plenário, e depois na 1ª Discussão nós o retiramos, e aconteceu que lutamos para que o Parlamento pudesse fazer aprovação dessa lei que tanto veio beneficiar os contribuintes do Paraná, lutamos para que o Parlamento se mantivesse incólume o seu poder de legislar, livre e independente, como deve ser. mas como a matéria é de cunho tributário, não podemos desconhecer, nem poderíamos, nem desconhecemos a participação importante da Secretaria da Fazenda que vem ser na realidade a entidade que vai fazer aplicação dos benefícios dessa lei, ou da prática dessa política tributária. E foi assim que desenvolveu nosso projeto e chegamos ao ponto de num acordo, num grande acordo com a Secretaria da Fazenda substituímos esse nosso projeto por um decreto, decreto este que levou a assinatura do governador Jaime Lerner no último dia 24 de agosto, instituindo então no Paraná, o Refis/Paraná, que vem a ser o financiamento do ICMS por 10 anos para aqueles inadimplentes até dia 31 de dezembro de 99.

O alcance deste decreto é social e econômico, porque sabemos segundo levantamento da Secretaria da Fazenda, existem no Paraná, hoje, mais de 50 mil empresas que estão em débito com o Fisco, num montante que ultrapassa a casa de um bilhão e quatrocentos milhões, e que também compromete mais de duzentos mil empregos. E talvez, senhores deputados, com esse decreto poderemos ressuscitar junto ao Fisco essas empresas que poderão agora parcelar os seus débitos e voltar a recolher os impostos regularmente.

Queremos aqui ressaltar a importância do entrelaçamento durante os 04 meses que trabalhamos em cima desse projeto com as entidades civis organizadas: Ocepar, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná,

a Federação da Indústria e demais entidades organizadas do nosso Estado que tratam dos interesses de entidades privadas, e chegamos a esse resultado que é um sucesso. Tenho certeza que vamos ter uma participação muito grande dessas empresas, porque, na realidade, o ICMS, em partes é um imposto perverso, 60% das vendas, senhor presidente, são feitas a prazo, e o comerciante tira a nota na hora da venda já assumindo um compromisso de 17%, sem que ele tenha a certeza de que irá receber do comprador. Por isso é que temos esse universo tão grande de empresas devedoras no Paraná, temos mais dois bilhões e meio de reais que não são recuperáveis, segundo o secretário da Fazenda Giovanni Gionédís, porque são empresas que estão em estado, praticamente, falimentar. Mas, vamos conseguir um volume de mais de um bilhão e quatrocentos de recebíveis, que em condições normais sem essa lei, nobre líder Rossoni, não teríamos condições de receber esses impostos, porque essas empresas vão se recuperar e vão, além de pagar o atrasado, o que devem, vão voltar a gerar recebíveis de ICMS.

Então, na realidade, foi uma boa nova implantada no Paraná, que conseguimos graças aos esforços da nossa Secretaria da Fazenda, secretário Gionédís, do doutor João Lucena, que é o Diretor Geral da Secretaria da Fazenda, e quero fazer aqui um reconhecimento da importância da presença do doutor Lucena nessa Secretaria, porque aprendemos a conhecer a fundo a máquina que é a Secretaria da Fazenda. E hoje está no mais alto grau de modernização, toda informatizada, com uma política voltada ao contribuinte, que faz com que o delegado da Receita Estadual não seja apenas uma autoridade fechada em seu gabinete, mas sim, uma pessoa que está de fácil acesso ao contribuinte, e trata o contribuinte como um parceiro. Isso é importante que se diga, nobre deputado Zuk, porque hoje com a modernidade, com o direito a cidadania, que a cada dia cresce, temos que enxergar assim o contribuinte: como uma pessoa que é um parceiro da máquina arrecadadora do Estado e não um adversário, um sonegador, porque o Estado não produz dinheiro, o Estado arrecada dinheiro.

Então, quem contribui para a arrecadação deve ser tratado com respeito, com consideração. E é isso que temos notado na máquina arrecadadora do Estado do Paraná, que orienta os seus fiscais, os seus delegados para que estejam sempre acessíveis aos empresários, pequeno, médio, micro, grande, para que em 1º lugar haja a preocupação de orientar, para depois ter a preocupação de multar, enfim, recolher impostos. Acho que é por aí que devemos prosseguir, olhar sempre o empresário como uma pessoa honesta, até provem contrário, tratá-lo com respeito. Por isso, que quero aqui dar esse testemunho de satisfação, de dever cumprido. É evidente que gostaríamos que fosse através de uma lei aprovada por esta Casa, mas infelizmente não conseguimos inclusive devido a questão do tempo que até 30 de novembro termina o prazo dado pelo Confaz para que se fizesse leis que dessem condições de anistia e de parcelamento de

débito de passivos fiscais. Então, este decreto agilizou, assinado pelo governador Jaime Lerner, assinado também pelo secretário Giovanni Gionedes, da Fazenda; pelo secretário de Estado José Cid Campello e pelo deputado que voz fala, Divanir Braz Palma. E pela 1ª vez um decreto levou a assinatura de um deputado, que eu espero, senhores deputados, que em parte tenha salvado a independência desta Casa, porque nosso projeto foi trocado por um decreto.

Concedo aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Divanir, quero cumprimentar Vossa Excelência pela luta que desenvolveu em favor da aprovação inicialmente de seu projeto e para que este decreto, instituído o Refiz fosse assinado pelo governo do Estado. E faço isto como deputado, bem como presidente da Unale, porque nós na condição de presidente desta instituição temos andado pelo Brasil afora pregando o fortalecimento do Legislativo. Sei que não conseguimos, neste momento, com a condição de decreto, estabelecer a independência que gostaríamos de ter, do Legislativo e também não conseguimos conquistar do governo a demonstração de que respeita as iniciativas dos parlamentares desta Casa. Tenho comigo, até, deputado, de que nós - e disse isso a Vossa Excelência quando o projeto tramitou por aqui em 1ª discussão - de que nós haveríamos de discutir com mais profundidade o projeto, porque ele envolvia uma série de questões ligadas a tributos, à arrecadação, esta questão toda. E tenho comigo, até, uma preocupação, de que ao se instituir o Refiz através de um decreto, poderemos até estar incorrendo em alguma irregularidade do ponto de vista constitucional, se neste decreto constar a possibilidade de anistia, que seria, vamos dizer assim, abrir-se mão de alguma receita, isto teria que ser através de uma lei na Assembleia Legislativa, como queria Vossa Excelência. Vossa Excelência queria que tudo isso acontecesse através de uma lei votada por todos nós, que poderia não ser da forma como Vossa Excelência apresentou, mas da forma que entendíamos nós, o conjunto da Assembleia Legislativa. Mas, eu queria, neste momento, não conheço ainda o inteiro teor do decreto, mas quero cumprimentar Vossa Excelência pela determinação, que lutou para que isto acontecesse e pela luta que fez no sentido de valorizar o Parlamento. Porque estas iniciativas são da competência, na minha avaliação, dos parlamentos estaduais. E Vossa Excelência lutou por isso e como presidente da Unale quero lhe agradecer por este esforço e cumprimentar-lhe por esta luta, em favor do fortalecimento do Legislativo Estadual, que todos nós representamos.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o parte de Vossa Excelência, presidente da Unale e compartilho da mesma preocupação que Vossa Excelência tem. Nós sabemos que decretos e medi-

das provisórias têm solapado o direito livre de legislar do nosso Legislativo, tanto federal quanto estadual.

Mas, o que se conseguiu foi isso. Sinto-me vitorioso porque um objetivo foi alcançado: as empresas estão aí com o decreto, as empresas devedoras de ICMS estão aí com o decreto, dando condições para que elas possam parcelar seus débitos nos próximos 10 anos, ou seja, 120 meses. E terão prazo até dia 29 de setembro, agora, para fazer o pagamento. E é um detalhe importante, deputado Zuk, elas poderão pagar até dia 29 de dezembro, sem juros nem multa. E aí o deputado Pessuti tem toda razão, porque gerou uma anistia e isto poderia ser discutível a questão da independência em poder votar ou não essa anistia.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Acredito que o governo foi empurrado pelo projeto de Vossa Excelência. Se ele tivesse recebido como recebeu a orientação do Confaz, outros Estados dessa Federação, já tinham se antecipado em decretos e principalmente, em mensagens enviados ao Poder Legislativo. Vossa Excelência fez um projeto no qual já antecipou aquela posição do governo, que ele acaba de tomar na última semana.

Quero lhe dizer que o governo vai mandar uma mensagem a esta Casa, para que esta lei não fique tão somente no decreto e tenha o respaldo do Poder Legislativo.

Temos conhecimento através de alguns deputados ligados ao governo, que Sua Excelência o governador irá remeter a esta Casa de Leis uma mensagem pelo qual estará ampliando o que fez o decreto nesse sentido.

Vossa Excelência atendendo os apelos não tão somente dos pequenos, médios empresários do Paraná, que assiduamente pagavam os seus impostos e principalmente o ICMS deixaram de fazê-lo não por vontade, mas por necessidade da crise que se apresentou não só no Paraná, mas em todo o solo pátrio. Vossa Excelência trouxe aqui um assunto que nós realmente aplaudimos.

Mas queremos fazer uma referência, quando a sua pessoa se refere a atual administração da Secretaria de Finanças. Essa atual administração, nada mais está fazendo do que foi feito durante todo o tempo do Quadro Funcional que ali trabalha, são os senhores servidores do Estado em todos os níveis que ofereceram ao Paraná a posição que ele desfruta hoje. Muitas injustiças foram cometidas. Basta dizer que temos aqui presentes alguns dos senhores servidores da Secretaria de Finanças, fiscais do estado, concursados. Homens que deram e mulheres que ofereceram o seu trabalho para o Paraná chegar até hoje, mas infelizmente não tiveram reconhecido aquela sua parcela de contribuição no coração da administração que é a arrecadação fiscal.

Por isso, eu acredito e tenho certeza que Vossa Excelência está fazendo uma boa obra e nós teremos oportunidade de devolver, não aos atuais administra-

dores, mas aqueles que já fizeram essa história dentro do governo do Paraná e da Secretaria de Finanças, antiga Secretaria de Fazenda do Paraná a ser o que o Paraná é hoje.

Precisamos realmente reconhecer aqueles que fazem, aqueles que ajudam e aqueles que necessitam e Vossa Excelência está fazendo muito bem nobre deputado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero dizer aqui, apenas para fazer justiça nobre deputado, o atraso na assinatura desse decreto em grande parte deve ser a nova Lei de Responsabilidade Fiscal que passou a vigir agora em maio.

O Estado de São Paulo abaixou decreto em abril, o Rio Grande do Sul também, mas com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal surgiu um impasse dentro do Confaz, se a multa e juros caracterizariam denúncia fiscal ou não. Se isso caracterizasse não se poderia fazer como foi feito esse decreto; que o contribuinte pode pagar até dia 29 de setembro sem juros nem multa.

Vossa Excelência sabe que têm muitas autuações que a multa é maior que o débito do imposto.

Mas, tudo isso então demandou tempo e muito critério por parte da Fazenda, porque essa Lei de Responsabilidade Fiscal é muito rigorosa, quem infringi-la vai para a cadeia mesmo.

Tivemos longos debates em Brasília, até chegar a esta conclusão de que esta Lei de Responsabilidade Fiscal, que vai mesmo entrar em vigor a partir do ano que vem.

Por isso que o governo pôde baixar esse decreto dando essa condição para que as empresas devedoras de ICMS possam pagar os seus impostos em 120 meses, ou seja, 10 anos. Quero solicitar à imprensa que divulgue o “site” da Receita Estadual, para no caso de o contribuinte em atraso, poder ter acesso, inclusive com a senha e ter acesso a valores de seus débitos e a imprensa pode contribuir para que empresários menos avisados possam consultar o “site” e saber dessa vantagem em poder pagar o ICMS. O site da Receita Estadual é “www.pr.gov.br/sefa/refins/perguntas.htm”.

O prazo é até 29 de setembro e temos que correr porque, se não me engano, o senador Álvaro Dias, entrou com uma emenda para pedir prorrogação por mais 90 dias, porque muitos empresários não puderam participar.

Ao encerrar quero agradecer e pedir desculpas publicamente porque não pude conseguir o Refis através do meu projeto de lei, mas dizer que o importante é que salvamos a matéria. O principal não é a visibilidade do deputado e sim que conseguimos atingir essas empresas que vinham sofrendo na inadimplência que tanto fez com que elas entrassem na marginalidade.

Tenho certeza que vão ressurgir das cinzas, vão renascer e vão voltar a gerar empregos e trabalhar na normalidade. O importante é, como disse o deputado Caíto

Quintana, legislar em cima de fatos que beneficiem a população.

Esse é o nosso objetivo.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero dizer que sou um pouco avesso a medidas de isenção de multas ou qualquer atitude nesse sentido.

Sou empresário, gero em torno de 150 empregos, pago meus impostos religiosamente em dia e quero dizer que nós que pagamos nossos impostos em dia, só aceitamos esse tipo de atitude que foi um acordo do Confaz e a sua lei também porque na verdade, queremos recuperar as empresas que estão falidas, mas é uma pergunta que fica no ar. E nós, que pagamos religiosamente nossos impostos? Vamos deixar de pagar para aguardar o novo Refins? Essa é a pergunta que nós temos que fazer há muito empresário e muitos empresários brasileiros estão se fazendo essa pergunta. É importante que se diga porque tem que se ressaltar os empresários que pagam seus impostos em dia, porque no momento em que se faz uma lei dessa, um decreto ou um acordo do Confaz dessa maneira, é claro que traz benefício à economia nacional. Reconhecemos isso, mas o que resta àquele que sempre pagou seus impostos religiosamente em dia? Deixar de pagar para aguardar um novo Refins? É uma das perguntas que eu fico fazendo e não sei qual é a posição correta nesse momento, mas nós que pagamos em dia, ficamos nos perguntando o que fizemos porque pagamos.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, teria imenso prazer em responder ao líder do governo e parabenizá-lo, não parabenizá-lo porque pagar imposto em dia é uma obrigação e não virtude.

O Sr. Valdir Rossoni

Eu também disse que é obrigação.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero dizer que também sou empresário, pago em dia e minha atividade nem gera ICMS, que é a construção civil. Com essa nova Lei de Responsabilidade Fiscal, esse tipo de lei não terá vez no Brasil, porque não se criarão mais leis que dêem anistia, que criem essas condições especiais. Esse clamor que veio das ruas, que veio dos empresários e das entidades constituídas, organizadas, as associações, tem um motivo. Vossa Excelência sabe que temos uma reforma tributária que está engavetada no Congresso Nacional e este ano não vai ser colocada à apreciação. Por quê? Porque outros interesses existem. Sabemos que temos no PIB brasileiro 32 de impostos, são 62 impostos. Agora Vossa Excelência há de convir comigo que o inadimplente fica numa situação desigual, ninguém quer ser inadimplente. A pessoa fica por um estado de

necessidade e o ICMS, inclusive, é um imposto discutível. O Imposto de Renda Vossa Excelência sabe, que é pago quando a pessoa ganha líquido 100, líquido e certo, dá 30% ao governo. Agora, ICMS não.

Então, acho que é uma medida que não privilegia ninguém, apenas dá condição para que aquela pessoa que foi mal sucedida, tenham outras chances. E Vossa Excelência sabe que estamos cansados de votar leis que dão condições para as empresas se instalarem. E esse Refins nada mais é, no meu entendimento, uma forma também de beneficiar empresas a terem uma segunda oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

O Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero falar hoje sobre o problema da segurança pública no Paraná, a gravidade da situação da segurança pública no Estado do Paraná. Esse problema que já se arrasta há tempos, se tornou mais forte com o problema do narcotráfico, com o desmanche de carro no nosso Estado envolvendo autoridades policiais, autoridades empresariais, autoridades políticas.

Agora se torna cada vez mais evidente a gravidade desse problema que assola o Estado do Paraná. O secretário de Segurança Pública deputado José Tavares achou uma maneira muito simples de resolver o problema de segurança no nosso Estado: através de Decreto. Não havia as condições, os recursos necessários para que a polícia pudesse fazer um trabalho decente em favor da tranquilidade da população, o secretário de Segurança José Tavares, baixou um decreto reduzindo em 40% as despesas, o repasse de recursos financeiros para dar suporte para que as autoridades policiais pudessem oferecer um trabalho que possibilitasse uma condição de vida boa para nossa população.

A coisa chegou no fundo do poço, na degradação absoluta e total. As delegacias desequipadas, desaparelhadas. Hoje, senhor presidente, a situação beira o caos total. Para se ter uma idéia: os próprios presos que fazem a comida nas delegacias de polícia, as viaturas não possuem combustível. Segundo o Sincrapol, aproximadamente 200 viaturas estão paralisadas no Paraná por falta de reparos mínimos: pneus, carburador, reparos mínimos, 200 viaturas paralisadas no pátio das delegacias por falta de reparos. E se isso não bastasse, senhor presidente e senhores deputados, o dinheiro do Funrespol é desviado da sua finalidade central.

Em 1999 dos 4 milhões arrecadados pelo Funrespol, apenas 1 milhão e 700 foi aplicado na Segurança Pública do Paraná, 2 milhões e 300 foram desviados da Segurança Pública, e a situação beira o caos total.

Em Laranjeiras do Sul, o delegado de polícia está preso, como o escrivão de polícia também está preso. Quem está comandando a delegacia de polícia é um delegado calça curta, suplente de delegado, porque não tem delegado para assumir a delegacia.

As viaturas que servem a delegacia estão paradas porque não conseguem andar porque não tem combustível. Só na praça nos postos de gasolina são milhões de reais que o governo deve aos donos de postos de gasolina. Uma vergonha total o que acontece no nosso Paraná. E o deputado José Tavares achou uma maneira simplista para resolver o problema, baixou um decreto reduzindo em 40% o custeio da Segurança Pública do Paraná. Uma verdadeira aberração, enquanto isso os assaltos se proliferam, os assassinatos, homicídios, roubos, estupros se proliferam pelo Paraná afora. Hoje, não é mais privilégio de cidade grande, o índice de criminalidade abusivo, não é mais privilégio de Curitiba, de Londrina, de Cascavel. Hoje, as cidades pequenas do Paraná vivem assustadas, vivem perplexas com a onda da criminalidade, com o absurdo da falta de segurança e sem nenhuma ação do governo do Paraná, que infelizmente desvia o dinheiro da segurança pública, corta recursos que deveriam ser canalizados para oferecer tranquilidade, sossego e paz para o povo do nosso Estado. A lástima é total, a derrocada é absoluta, a incompetência generalizada e a população sofre e amarga a ação dos marginais. E o que faz o governo do Paraná? Nada! A não ser tirar recursos.

Por isso, senhor presidente, senhora e senhores deputados, não dá para ficar sentado nesta cadeira folgada aqui de deputado, não dá para ficar se balançando de um lado para outro e observar nas ruas, na periferia a tristeza rondando a casa do nosso povo, do nosso trabalhador. Não dá para ver calado a incompetência maldita de um governo inoperante que não cumpre com suas obrigações, que há recurso sagrado da população, corta recursos, desvia recursos do próprio Funrespol, e o povo miserável e sem segurança, caminha cabisbaixo olhando a falta de proteção das autoridades que deveriam garantir minimamente a situação de conforto e tranquilidade.

Por isso a nossa revolta, senhor presidente, e uso aqui este episódio do desvio do dinheiro do Funrespol, das viaturas paradas, do corte de apoio às delegacias! Hoje em relação a Laranjeiras do Sul ainda, me liguei um repórter de uma rádio e dizia: “Deputado Nereu Moura, ajude a comprar um botijão de gás para pôr na Delegacia de Polícia, porque nem gás mais o governo oferece para fazer comida para os presos!” Uma vergonha! A população mendigando comida, mendigando gás, fogão para fazer comida para os presos, acrescentando-se, claro, as viaturas que não andam, o combustível que se deve nos postos de gasolina, o dinheiro desviado do Funrespol.

E o secretário, belo e formoso, senhor presidente, através de uma caneta e um papel, assina um decreto como se estivesse resolvendo os problemas da segurança pública do nosso Estado do Paraná, não

percebendo ele a gravidade da situação e diz, senhor presidente, cometendo o mesmo erro que o ex-secretário cometeu, o secretário Cândido Martins de Oliveira, quando denunciemos que a polícia estava infestada pelo narcotráfico e pelo crime organizado. O secretário Cândido disse: “Não, na polícia não tem o narcotráfico, não tem o crime organizado”. Foi preciso a CPI Nacional vir a Paraná para desvendar as entranhas da nossa polícia e perceber que, infelizmente, a polícia do Paraná estava sim, envolvida com o crime organizado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Vossa Excelência tem mais quatro minutos.

O SR. NEREU MOURA

Então, por isso, quero deixar aqui expressado o nosso sentimento de amargura em relação a essa situação que vive a polícia do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura, vou abrir mão do meu aparte, farei uso do Horário da Liderança do meu Partido.

O SR. NEREU MOURA

E para finalizar aqui as nossas palavras, queremos dizer que a Folha de Londrina, o Jornal Folha do Paraná, publicou uma matéria no dia 27 de agosto, domingo, que estampa com clareza o caos da segurança do Paraná: “A Polícia Civil”, diz a Folha de Londrina, “tem como principais deficiências a falta de combustível, a falta de manutenção nos carros, alimentação deficiente nas cadeias, a falta de profissionais, a falta de armamento, de coletes à prova de bala e outros pontos que são estratégicos para que a polícia pudesse desenvolver um trabalho à altura do nosso povo do Paraná. A Polícia Militar: o sucateamento das viaturas, a deficiência no atendimento à saúde, a perda da remuneração salarial no governo Jaime Lerner, a falta de efetivos nas ruas. Falando em ruas, não se percebe polícias nas ruas das grandes cidades, muito menos nas pequenas cidades. É esse o mapa da mina, é essa a situação de desprezo deste governo com o povo do Paraná.

Fica aqui registrado e patentado a situação caótica, perversa e cruel que o governo Jaime Lerner colocou o nosso Estado do Paraná em todas as áreas, especificamente hoje, me refiro a área de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Horário destinado às Lideranças do PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo.

(Declinam)

No horário destinado à Liderança de Oposição, concedemos a palavra ao deputado Hermes Fonseca. Para estabelecer o mesmo critério, se Vossa Excelência pre-

cisar de mais tempo do que o horário previsto concedo-lhe 4 minutos. Seu horário, inicialmente, é de 10 minutos.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, caros Pares desta Casa, falo inicialmente em nome dos bancários do Paraná, especialmente da Federação dos Bancários, da Fetec (sic), do Sindicato dos Bancários e dos funcionários do banestado, para trazer estas informações à Assembléia Legislativa do Paraná e a todos aqueles que estão alguma forma, interessados nos destinos do Banestado.

A Lei 12.355/98, que autorizou a reestruturação e a venda das ações da Copel, dispõe no seu artigo 7º que os recursos decorrentes da venda das referidas ações serão destinados. 70% para a área de previdência e 30% para as áreas de educação, segurança, agricultura, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos em que a presença do Estado seja indispensável.

Isto está no texto da lei de 98. O Governo do Estado do Paraná detém, atualmente, 50% das ações da Copel, sendo que cerca de 20% deste total estão caucionando precatórios provenientes do Estados de Sergipe, Alagoas e da Prefeitura de São Paulo, junto ao Banestado, no equivalente a 417 milhões de reais.

Ora! Senhor Presidente e senhores deputados, se o governo do Estado não resgatar tais ações da Copel, 20% destas ações serão destinadas a cobrir o rombo proveniente dos “títulos podres” em negociações nebulosas, para não dizer fraudulentas, em que o banco se envolveu. A atualidade da questão está também associada ao fato de que o governo do Estado, através do Decreto nº 1751, de 21 de janeiro de 2000, autorizou a Secretaria da Fazenda a instaurar processo licitatório para contratação de empresa para avaliar e vender as ações da Copel. Este fato é irrelevante, porque está aí, em vistas o processo do edital de venda do Banestado. E é preciso que todos os setores da sociedade estejam informados destes números, que tem sido incansavelmente debatidos nesta Casa e levantados, principalmente, pelos deputados da Oposição, em especial o deputado José Maria Ferreira, que tem trazido para nós, parlamentares, todos os informes sobre o Banestado.

Este era o pedido, então, do Sindicato dos Bancários do Paraná, que gostaria que fosse registrado, nesta Casa, para futuras ponderações.

Mas, gostaria de pedir licença, agora, de forma muito especial, ao presidente da Casa, à Mesa da Casa e parlamentares, para registrar aqui desta tribuna parlamentar, onde devemos discutir nossas diferenças ideológicas, políticas, nossos comportamentos, em defesa ao plano de governo, e acima de tudo o comportamento ético que devemos manter nas relações humanas. A ética tem que estar presente na profissão, na política, na família em todos os setores da sociedade. Quem não pratica a ética, é aético. Quero registrar aqui até com muito ressentimento, a atitude aética do deputado Moysés Leônidas. Não falei

ontem porque ele não estava presente. Me inscrevi para falar igualmente não estava presente, mas não poderia deixar de passar a oportunidade, que tem o desprazer de ir na minha Cidade Cornélio Procópio, numa atitude duplamente aética subir no palanque da Oposição, de uma coligação que é Oposição nossa, e que é Oposição do Partido dele. O PDT de Cornélio Procópio, está coligado com o PT, está coligado com o PMDB, e ele vai num palanque do PSDB, vai no palanque do PFL, para cometer abusos de linguagem, para falar aquilo que ele não devia falar. Aliás ele perdeu uma grande oportunidade de ficar quieto, calado, porque o homem sábio tem que saber quando fala e quando se cala.

Então é preciso que essa Casa saiba, que esse comportamento não é admissível no nosso meio, no meio parlamentar, no meio daqueles que praticam a política ética, de cometer num comício público de fazer comentários desairosos a minha pessoa e a pessoa do meu irmão que é prefeito e é candidato a reeleição.

Aliás, quero registrar mais ainda, já que tenho a oportunidade, para dizer que ele não tem ética nenhuma, porque o Partido dele é contra a privatização do Banestado. E na votação da última semana ele votou contra a diretriz do partido dele, votou sim pela inclusão daquelas condições que foram estabelecidas no projeto de lei e aprovado aqui nessa Casa.

No começo do ano quando se comentava a situação de Londrina, ele fez aqui nessa tribuna, naquela é claro, nessa ele raramente vem, fez comentários condenando a atitude do Prefeito Belinati, numa terça ou quarta-feira, não me lembro, é só buscar os Anais da Casa o registro e de alguma forma até atingindo o nosso companheiro colega de Parlamento deputado Antonio Carlos. Surpreendentemente, no final de semana no sábado, posterior a sua manifestação aqui, ele foi lá participar junto com a vice-governadora da filiação de pessoas de Cornélio Procópio no PTB.

Então minha gente, vamos deixar de fazer política, de fazer brincadeiras, fazer política sem compromisso. Vamos repensar isso aqui. É com profundo pesar que falo o que estou falando aqui hoje publicamente. Mas aqui é o espaço e temos que falar. Rechaço tudo aquilo, os comentários desairosos que ele fez a mim e ao meu irmão num palanque público de Cornélio Procópio, e o desafio a debater aqui, aqui é o nosso espaço para debates. Porque lá, se ele voltar lá para falar alguma coisa, antes de chegar lá, ele tem que lavar a língua dele com Omo, porque se não muita gente não vai gostar do que ele vai fazer.

O Sr. Nereu Moura

Quero me solidarizar com Vossa Excelência em nome do PMDB, porque Vossa Excelência desde quando chegou nesta Casa tem tido um comportamento reto, correto, decente e digno. Naturalmente nós que privamos da vossa amizade e companheirismo não concordamos com

palavras que venham denegrir a imagem de Vossa Excelência, como homem público e como pessoa.

Por outro lado, particularmente possuo diversos deputados aqui desta casa que não pertencem ao mesmo agrupamento meu e, que militam na mesma área que eu milito, mas em momento algum, tempo algum, houve da minha parte ou da parte dos meus colegas deputados provocações ou maledicências que pudesse fazer qualquer tipo de confusão na nossa vida pública.

A democracia é o respeito pelas idéias e pelo comportamento. É na verdade, a coisa bonita de você conviver com idéias diferentes e respeitando-as.

Por isso, não dá para concordar, em nome do meu partido PMDB nós nos solidarizarmos com Vossa Excelência porque o conhecemos, sabemos que é uma pessoa correta, íntegra, ética e tem provado a sua postura. Por isso, não dá para aceitar comentários que possam desabonar a conduta de Vossa Excelência.

O SR. HERMES FONSECA

Agradeço o aparte e quero mais uma vez me desculpar de trazer esse problema aqui à Casa, mas não poderia postergar esta minha manifestação até para não cometer nenhum tipo de injustiça ou qualquer outro tipo de ato que não está presente na minha vida no cotidiano.

É claro que todos nós somos homens, temos brios, temos o nosso caráter e temos as nossas reações. Mas a reação que eu entendi mais própria foi exatamente usar esta Tribuna para não fazer outro tipo de ato que eu não costume fazer na minha vida.

Peço, exatamente, para ele e seu estafeta de gabinete que fiquem bem longe desse tipos de comentários com relação a minha pessoa e as pessoas da minha família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Comissão Executiva.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinária, logo após a presente sessão Ordinária, para apreciação de matéria aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2000, que dispõe que os cargos de provimento em comissão de tratado art. "in fine", da Lei nº 9147, de 15 de dezembro de 1989, considerada a redução quantitativa decorrente do art. 2º da Lei nº 10.251, de 09 de fevereiro de 1993, passam sob o mesmo símbolo de remuneração a ter a denominação de "Assessor Administrativo". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.F. E C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EMENDAS DE PLÊNÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLÊNÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 237/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre os cargos de provimento em comissão de que trata o Art. 2º, "In Fine", da Lei nº 9.147, de 15 de dezembro de 1989, considerada a redução quantitativa decorrente ao Art. 2º, da Lei nº 10.251, de 09 de fevereiro de 1993, passam sob o mesmo símbolo de remuneração, a ter a denominação de "Assessor Administrativo".

Chamada esta comissão a se manifestar quanto às emendas de Plenário apresentadas, foi procedida a análise das mesmas em face de sua legalidade e constitucionalidade concluindo-se que, sob este aspecto, não encontram qualquer óbice. Portanto, deverão ser objeto de análise de mérito em Plenário.

Assim, somos de Parecer Favorável às emendas de Plenário nº 01, 02 e 03.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoio:

Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Algaci Tulio, Nereu Moura, Moysés Leônidas, Marcos Isfer, Cesar Seleme, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk e 01 ilegível.

Em votação.**O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente este projeto de lei, na verdade, ele não resolve problema algum apenas muda a denominação dos cargos de inspetor de ensino existente hoje na estrutura da Secretaria de Educação.

A APP Sindicato denunciou que havia um desvio de função e que algumas pessoas estavam sendo designada mas eram fantasmas, não trabalhavam e a APP Sindicato fez uma representação ao Ministério Público e o Ministério Público do Paraná está desenvolvendo gestões para criminalizar os responsáveis pelo uso indevido das funções públicas, dos cargos de inspetor de ensino.

Portanto, senhor presidente, este projeto de lei é capenga, porque ele não diz textualmente quantos cargos o governo do Estado está mudando de denominação, de nomenclatura. Quanto recebe, qual é o valor da remuneração de cada cargo desse. Por isso, nós iremos votar contra, até porque há uma investigação do Ministério Público em relação a esse cargos que hoje pertencem à estrutura da Secretaria de Educação e no nosso entendimento, não merece ser aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Continua em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, apenas para justificar o nosso pedido de aprovação desse projeto, porque não estamos de forma nenhuma, acarretando aumento de despesas ao aprovar esse projeto. Apenas estamos alterando a denominação dos cargos, de Inspetor Estadual de Educação, para Assessor Administrativo. Esses cargos serão regulamentados por um decreto do governador da forma necessária para adequar à questão administrativa.

É apenas essa questão que estamos votando e eu gostaria que Vossa Excelência ao encaminhar a votação, após a votação do projeto, nós temos o parecer da CCJ com emendas, nós votaremos favorável a este parecer e à emenda da CCJ e depois gostaríamos de votar com cuidado, porque temos três emendas na qual, uma nós votaremos favorável, e em duas, contrários.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Em votação o projeto.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, ressaltadas as emendas, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. NEREU MOURA

Gostaria que Vossa Excelência registrasse o nosso voto contrário, o meu, o do deputado Hermes Fonseca e Annibelli.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado.

Em votação as emendas da CCJ.

Em votação a Emenda nº 1, de Plenário de Nereu Moura e outros deputados.

Em discussão. Em votação.

Aprovada.

Em votação a Emenda nº 2, de Plenário de Nereu Moura e outros deputados.

Em discussão.

Em votação.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, eu gostaria de saber qual é essa Emenda?

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

(Lê Emenda nº 2)

Em votação.

Aprovada.

Em votação a Emenda nº 3, de Plenário.

Em votação. **Rejeitada.**

Em votação a Emenda nº 3, de Plenário, de Irineu Colombo.

(Lê o conteúdo da Emenda nº 3)

Em votação. **Aprovada.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa defere: 06 aprovam e (?) rejeitam. Rejeitada Emenda nº 3

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Para solicitar a Vossa Excelência que registre o voto favorável às emendas 2 e 3 dos deputados: Hermes da Fonseca, Nereu Moura, Luiz Carlos Zuk, Antônio Annibelli, Orlando Pessuti e José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 553/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Marialva e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovada.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL -do Projeto de Lei nº 115/00, de Autoria do Ministério Público, Proc. Geral de Justiça, que altera a redação do Art. 5º, da Lei nº 11.078, de 29 de março de 1995. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 115/00
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná,

D E C R E T A :

Art. 1º - O art. 5º da Lei nº 11.078, de 29 de março de 1995, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - Para fins do inciso XI do art. 27 e parágrafo 2º, do art. 114, da Constituição Estadual, o limite máximo a ser pago aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, não poderá exceder o subsídio ou vencimento básico acrescido da verba de representação, estabelecido ao promotor de Justiça Substituto, para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, excluído somente o adicional por tempo de serviço até de 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 235/00, de autoria o Poder Executivo - Mensagem nº 014/00, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Organização Mundial da Família situado nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovada.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que altera a redação do *caput* 3º da Lei nº 10.247, de 12 de janeiro de 1993. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A.. COM EMENDA DA C.E.M.A.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em discussão, em votação a emenda aprovada em 2ª discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quero deixar registrado, aqui, a minha manifestação pessoal com relação a essa emenda. Devo dizer a Vossa Excelência que não estou muito de acordo com o projeto e ele já foi aprovado, evidentemente, e estamos agora dando o nosso voto favorável a essa emenda, porque ela ameniza um pouco aquilo que entendo não ser o mais apropriado que este projeto está instituindo. Porque, afinal de contas, ele vem em benefício daquelas pessoas que praticam de certa forma os crimes ambientais, principalmente aqueles relacionados ao desmatamento e a emenda ofertada pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sugerida que foi inclusive pela Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná, de certa forma ameniza. Porque a

suspensão da multa aplicada por aqueles que praticarem crime ambiental, principalmente ligados à questão do desmatamento, a suspensão da multa cessará a partir do momento que o termo de compromisso de reposição e de correção daquele crime ambiental também não for cumprido.

E, pessoalmente, não fui muito simpático, não gostei muito do projeto. Porque de certa forma estamos permitindo que pessoas desmatem e depois de desmatar, tirar de repente a madeira, ou praticar um crime ambiental, possa: “Então, não, espera lá, nós erramos, nós vamos corrigir o erro e vamos fazer aqui um plano de recuperação da área”.

A emenda que está sendo discutida agora, ela, na minha opinião, é importante e necessária para amenizar os efeitos daquilo que estabeleceu o projeto. Mas é uma ação, na minha modesta avaliação, que ainda dá para ser pensada. Temos ainda a redação final para a frente, mas, a mim me parece, que este projeto não contribui muito para a preservação, para a manutenção desse ambiente que todos nós queremos cada vez melhor.

Voto a favor da emenda porque, sem sombra de dúvida, ela é melhor do que o Projeto que foi discutido e votado anteriormente.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, não tenha dúvida, o projeto dentro do espírito do preservacionismo, dentro do espírito da conservação ambiental, o projeto é danoso.

Ele vai criar brechas que podem vir a facilitar ao desmatamento sem muito regramento, e especialmente aqueles que não tem o critério, desmatam árvores como aconteceu no município de Cianorte e depois propõe a recomposição. Mas se não se recompõem árvores como jacarandá, peroba rosa, angico, estas espécies levam anos, está aqui o Miltinho que usa como palanque de cerca quando pode, mas levam anos para que isso possa ser feito, ser constituído e possa ter o padrão destas árvores consideradas como tal, o que vem esta emenda é justamente criar obstáculos para que os murais possam fazer esse meio ambiente.

Se nós queremos um meio ambiente preservado não podemos criar esse tipo de facilidade aonde o recurso financeiro possa recompor em cima da lei.

Então, a emenda apresentada é de extrema importância e nós solicitaríamos aprovação do Plenário, para essas emendas porque é para o sentido de preservação.

Nós não podemos estar num pleno início do 3º milênio tentando com dinheiro recompor parte do meio ambiente que foi depredado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Continua em votação.

Emenda aprovada em 2º turno. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/00, que declara de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Fênix - Arfen, com sede e foro no município de Fênix. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/00, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública, a fundação Sudoestina de Combate ao Câncer de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/00, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Academia Paranaense de Medicina Veterinária - Acapameve, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL A C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/00, de autoria do deputado Cesar Silvestri, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Candói, com sede e foro no município de Candói. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/00, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do IPVA e de multas de trânsito estaduais, conforme especifica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 006, de 23.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/2000

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo dispor sobre o parcelamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do IPVA e de multas de trânsito estaduais, conforme especifica e adota outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÕES DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 40/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Martins, objetiva dispor sobre parcelamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e de multas de trânsito estaduais, conforme especifica e adota outras providências.

Sobre a matéria podemos constatar a existência de Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, observamos já existir a garantia destes parcelamentos concedidos em anos anteriores através de leis do Poder Executivo, desta forma, iremos favorecer a população do Estado que enfrenta dificuldades de ordem financeira, porém deseja ficar em dia com suas obrigações.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.2000.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Vida-Viva de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 010, de 01.03.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48/2000

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Vida-Viva de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade da emenda oferecida pelo Plenário, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a instituir o município de Renascença como pólo turístico religioso - Santuário de Nossa Sen-

hora de Salette. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 087, de 26.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 219/2000

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o município de Renascença como Pólo Turístico Religioso, Santuário de Nossa Senhora da Salette.

Autuada em 27/06/2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos § 2º, do artigo 33 do Regimento Interno.

Fundamentação

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar verificou que além de ter um caráter altamente meritório, beneficiando o município, o projeto em tela tem caráter autorizatório, constituindo-se mera sugestão ao Poder Executivo não havendo portanto nenhum óbice para sua aprovação.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 219/2000, na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 15.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 219/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Caíto Quintana, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o município de Renascença como Pólo Turístico Religioso, Santuário de Nossa Senhora da Salette.

Sobre a matéria já podemos observar o pronunciamento Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos como consta da justificativa do projeto em tela, que o município de Renascença necessita dotar-se de infra-estrutura suficiente e adequada para atender a enorme demanda de peregrinos da fé que para ali ocorrem, movimentando a cidade, incentivando o comércio local e gerando postos de trabalho e divisas para o município.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.2000.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que declara de Utilidade Pública o Clube de Canoagem de Cascavel, com sede e foro no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 103, de 15.08.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 260/2000

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube de Canoagem de Cascavel, com sede e foro no município de Cascavel.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Remo, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 103, de 15.08.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 261/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Federação Paranaense de Remo, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2000 de autoria da Comissão Executiva, pro-

rrogada a autorização dada pelo Decreto Legislativo nº 11/2000, para que o senhor governador do Estado ausentar-se do País. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA.

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 11/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica prorrogada, até o dia 31 do corrente, a autorização dada pelo Decreto Legislativo nº 11/2000, de 24 de agosto de 2000, que autorizou o senhor Jaime Lerner, governador do Estado, ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América, para proferir outra palestra na Organização das Nações Unidas, além daquela inicialmente prevista.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 28.08.2000.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO EXECUTIVA

P A R E C E R :

Súmula:

Autoriza o senhor governador do Estado do Paraná ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinando com o artigo 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o senhor Jaime Lerner, governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 25 e 30 do corrente mês, com destino a Nova Iorque, Estados Unidos da América, para atender convite da Organização das Nações Unidas (ONU).

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.08.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA
Presidente em exercício

Em Votação.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, nós somos contra as viagens do governador para o estrangeiro, a 38ª viagem, e olha, o governador Jaime Lerner esqueceu de conversar com a

Folha de São Paulo e com o Jornal Estado de São Paulo sobre este assunto.

Os jornais do Paraná, hoje, publicando um release do Palácio Iguaçu deram destaque à viagem do governador à ONU.

O Estado do Paraná diz o seguinte:

“Lerner leva proposta de bônus à ONU”.

Ora, senhor presidente, esqueceu o governador de ligar para a Folha de São Paulo, para o Estado de São Paulo, para o Jornal do Brasil para mandar a matéria, publicar a matéria da importante viagem que ele foi fazer aos Estados Unidos.

A Folha de São Paulo publica, hoje, os motivos da reunião da cúpula da ONU, que não são aqueles que estão expostos nos jornais do Paraná. A Folha de São Paulo diz: “Protesto marca início de cúpula religiosa. Uma cúpula religiosa organizada por organização não governamentais, realizada na sede da ONU, senhor presidente. Quer dizer, é estranho, eu não sabia desse veio do governador por religião, eu não sabia que o governador Jaime Lerner exercia, além de governador do Paraná, alguma representação religiosa, porque lá na ONU o que está sendo discutido, o que está sendo promovido é um encontro de organizações não-governamentais para discutir questões ligadas a religião, está aqui, senhor presidente, participam do encontro, entre outros, o cardeal Francis Arinze - representando o Vaticano; Abduah Salaih al Obaida - secretário da liga Mundial Islâmica; Israel Meir Lau - gão-rabino de Israel; Mustafa Ceric - líder da Bósnia, e o líder budista Samdech Preah Maha Gosananda.

Sessões abertas na ONU incluem “O Papel da religião na Transformação de Conflitos”.

Ora, não dá para nós aceitarmos informações na imprensa do Paraná mostrando aquilo que não é. O governador viajou para os Estados Unidos, para Nova Iorque para participar de um evento organizado por organizações não-governamentais que nada têm a ver com a proposta de pobreza que ele apregoa nos jornais do Paraná no dia de hoje.

Por isso, nós queremos votar contra a trigésima oitava viagem do governador ao estrangeiro, a prorrogação da viagem. Trezentos e onze dias viajando, é na verdade uma displicência, é uma obsessão incrível por viagem.

Eu gostaria, deputado Orlando Pessuti, que o governador estivesse viajando pelo interior do Paraná, fosse para Planalto, lá na terra do deputado Caíto Quintana, lá em Bituruna, terra do líder do Governo - Valdir Rossoni, lá em Pato Branco, terra do deputado Augustinho Zucchi, para ajudar os nossos candidatos, porque aonde ele vai, ele prejudica o candidato que ele apoia. Por isso, senhor presidente, nós da Oposição votaremos contra a prorrogação da viagem do governador Jaime Lerner.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, o deputado Nereu Moura, ele está muito amargo, está muito áspero nas suas palavras.

Até entendo, nós vivemos um momento de eleições municipais, a preocupação é grande, deputado. Mas, quero dizer ao deputado que para nós paranaenses não é o número de viagens do governador que vai influenciar na sua administração. E pode ter certeza que esses municípios que Vossa Excelência citou: Bituruna ele não precisa ir, porque ele está presente nas obras que ele lá realizou e em Capanema também ele não precisa estar presente no dia de hoje, porque eu sei que ele construiu obras importantíssimas para aquele município. Agora, o governador foi lá senhores parlamentares, numa abertura de uma conferência da ONU e prorrogou a sua estada, porque foi convidado para encerrar essa conferência, que para nós paranaenses é um motivo de orgulho.

Mesmo com o voto contrário do ilustre parlamentar, espero que depois da Semana da Pátria ele volte mais calmo, mais tranqüilo e mais dócil, porque ele está muito amargo.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Discussão Única do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2000. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (Questão de Ordem)

Senhor presidente, registre o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Registre-se o voto contrário.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, eu falhei no Encaminhamento, mas acredito que o deputado Nereu Moura cometeu uma falha muito grande. E eu quero colocar para justificar meu voto. O deputado Nereu Moura colocou que os jornais de fora do Estado, deu a entender a esta Casa, de que os jornais de fora falaram a verdade e que os jornais do Paraná não falaram a verdade. E eu acredito muito nos jornais do Estado do Paraná.

O SR. NEREU MOURA (Pela de Ordem)

A verdade dos jornais do Paraná é o “release” do governo do Estado. A verdade publicada nos jornais de fora - estou aqui com um exemplar da Folha de São Paulo, está aqui a manchete “Protesto Marca Início de Cúpula Religiosa” não sou eu, senhor presidente. Não estou colocando em dúvida os jornais do Paraná. Eles são de boa fé. Publicam a matéria que o governador mandou, através da sua assessoria, para os jornais. Por isso, para mim, não fica nenhuma dúvida em relação à viagem do governador Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta presidência, antes de encerrar esta Sessão Ordinária, convida os senhores deputados para as homenagens póstumas que serão prestadas ao depu-

utado Anibal Khury, amanhã, dia 30, por ocasião do 1º ano de seu falecimento, que será às 16 horas, celebração de Missa Memorial na Capela do Poder Legislativo; às 16h45 minutos exibição de um “trailer” do documentário biográfico dirigido pelo cineasta Lucas Amberg no Plenarinho; às 17 horas lançamento de sua biografia “Anibal - Vida e Obra”, dos jornalistas Roberto Novaes, Milton Heller e Rafael de Lala, no Salão desta Casa. Portanto, amanhã, dia 30, a partir das 16 horas esta Casa fará sessões póstumas ao deputado presidente desta Casa, falecido no exercício do mandato da Presidência, deputado Anibal Khury.

O SR. ALGACI TULIO (Pela de Ordem)

Para comunicar à Casa que amanhã, às 14 horas, a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado estará reunida para dar continuidade ao seu trabalho, para o qual eu convido os senhores parlamentares que compõem a CPI, para que amanhã se façam presentes para esta audiência pública que acontece aqui na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente convidados os senhores parlamentares pela voz do deputado Algaci Tulio.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1583, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1603 a 1606, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1608 e 1609, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1610, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1613, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1614, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1615, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1616, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1617 e 1618, de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1619 e 1620, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1624 e 1625, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, solicitei um requerimento a Secretaria da Agricultura, pedindo informações, no dia 06/07. Ele foi aprovado, hoje estamos no dia 29/08 e até hoje esse deputado não recebeu as informações. Solicitaria à Mesa que tomasse anotação e fizesse os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Essa Presidência vai fazer o encaminhamento e lhe prestará as informações devido ao prazo regimental que os secretários têm para responder.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após a presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 237 e 032/2000

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 040, 048, 219, 260 e 261/2.000

Marco ainda uma sessão ordinária, para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de lei nºs 234, 236, 237, 256/2000, e dos de Resolução nºs 001, 004 e 022/2000

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 157/99 e 100/2000

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar nº 313/99 e de Lei nºs 138 e 268/2.000

Convido ainda os senhores deputados para assistir às homenagens póstumas ao deputado Anibal Khury, por ocasião do 1º ano de falecimento, a realizar-se quarta-feira, dia 30, a partir das 16 horas.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 289/2000

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 400/99, de 19 de outubro de 1999, que passa a constar nos seguintes termos: conceder aposentadoria, por invalidez, a MARIA MACIEL ALZAMORA, matrícula 40546, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Universitário N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu efetivo, nos termos dos artigos 139; 224 e seu parágrafo único; e 235, da Lei de nº 6.174/70, acrescidos de três (03) quinquênios, conforme o artigo 170 e parágrafo único, da citada Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 15, da Diretoria de Pessoal, desta Casa.

(Prot. nº 9792/98)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.08.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE TURISMO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano dois mil, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a presidência do senhor deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos senhores deputados membros da comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 204/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. Relator: deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ELIO LINO RUSCH - Presidente

Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Antonio Carlos Belinati, Algaci Tulio, Nereu Moura, Hermes Fonseca, Plauto Miró, Serafina Carrilho, Durval Amaral, Pastor Edson Praczyk e mais os deputados Valdir Rossoni, Orlando Pessuti, Cezar Silvestri e Marcos Isfer. Havendo número Legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 237/2000 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral, na forma da emenda anexa. APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 256/2000 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral. APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 526/99 de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura, à emenda de Plenário. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 223/2000 de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura. APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 063/98 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura, à emenda de Plenário. APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 306/99 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura, à emenda de Plenário. APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 005/2000 de autoria do deputado Luiz FERNANDES Litro. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca, à emenda de Plenário. APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 200/2000 de autoria do deputado Beraldin. Concedido vistas ao deputado Pastor Edson Praczyk; 09) Proposição Veto nº 046/2000 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró. APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 205/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró. APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 152/2000 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró. APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 017/2000 de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura, à emenda de Plenário. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE TURISMO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano dois mil, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a presidência do senhor deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos senhores deputados membros da comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 617/99, de autoria do deputado Ricardo Maia. Relator: deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Modificativa - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 219/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana. Relator: deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ELIO LINO RUSCH - Presidente
Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
15ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Cesar Seleme, Nereu Moura e Antonio Carlos Belinati, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Plauto Miró e mais os deputados Valdir Rossoni, Irineu Colombo, Ademmar Traiano, Antonio Carlos Baratter, Marcos Isfer e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o senhor presidente deu pôr aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 233/2000, de autoria do Poder Executiva. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme, às emendas de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 209/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 261/2000, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 092/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 048/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer

FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 032/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 254/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº ~~173/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti~~. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 09) Projeto de Resolução nº 015/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 179/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 227/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 260/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 021ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2000

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Marcos Isfer.

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz

Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2000, dispõe que os cargos de provimento em comissão de tratado artigo "In Fine", da lei nº 9147, de 15 de dezembro de 1989, considerada a redução quantitativa decorrente do artigo 2º da Lei nº 10.251, de 09 de fevereiro de 1993, passam sob o mesmo símbolo de remuneração a ter a denominação de "Assessor Administrativo". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.F. E C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emendas - **Aprovadas.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, declara de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Fênix - ARFEN, com sede e foro no município de Fênix. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM

EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO
EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do IPVA e de multas de trânsito Estadual, conforme especifica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, declara de Utilidade Pública a Associação Vida Viva de Cianorte com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, autoriza o Poder Executivo a instituir o município de Renascença como Pólo

Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora de Sal-
ette. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E
C.T.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que declara de Utilidade Pública o Clube de Canoagem de Cascavel, com sede e foro no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Remo, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.